

Brasil lança novo título no exterior

Emissão do papel visa a substituição de parte da dívida externa velha por nova e em condições mais favoráveis a ao país

O Brasil abriu em Nova York ontem uma operação para lançar no mercado externo o primeiro título do Tesouro Nacional com o prazo de 30 anos. O primeiro aspecto positivo do lançamento de papéis novos, que serão trocados por velhos, segundo o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, é a redução dos juros pagos pelo Tesouro aos credores externos. Outra vantagem destacada por Franco é a possibilidade de financiar, no longo prazo, o déficit em transações correntes, ou seja, o saldo negativo que vem ocorrendo nas transações de comércio e serviços que o Brasil realiza com o exterior. "Vamos financiar em 30 anos o déficit que tira o sono de tanta gente", ironizou Franco.

Na troca de títulos, o Brasil poderá também liberar recursos dados como garantia de papéis da dívida velha e depositados no Bank of International Settlements (BIS),

o banco central dos bancos centrais. Estes recursos serão agregados às reservas. Os potenciais ganhos da operação, a mais audaciosa deste governo, ainda poderão ser usados no abatimento de dívida interna.

Na operação, serão dadas três possibilidades para trocar papéis com os credores que hoje detêm três dos sete bônus que foram emitidos, em 1994, na reestruturação da dívida externa, os chamados *Brady Bonds*. No caso, os *Par Bonds*, os *Discount Bond* e os *C-Bonds*, que também têm prazo longo, mas saem mais caro ao país. O total desses papéis é de US\$ 26 bilhões, mas somente uma parte será trocada. O volume da emissão foi fixado em, no mínimo, US\$ 1 bilhão.

Na primeira emissão, o credor pode comprar o novo papel e pagar com os bônus antigos. Outra opção é quitar a operação pagando em dinheiro vivo. Por fim, na últi-

ma alternativa, o Brasil poderá usar recursos arrecadados em *cash* para aumentar o volume de troca de dois bônus, no caso o *Par* e o *Discount*. A escolha dos dois é porque são eles que têm garantias no BIS. Essa compra, no entanto, está limitada a 25% do total da troca de papéis ocorrida na primeira possibilidade.

EMIÇÃO

Até o dia 3, o Brasil fica recebendo as propostas em Nova York e à tarde fecha a operação. Isso será feito depois de analisadas as melhores condições da emissão, ou seja, com menor custo. De saída, o País se dispõe a pagar juros próximos a 10% ao ano. Ou seja, uma média de 300 pontos básicos, o que significa 3% acima da taxa paga pelo Tesouro dos Estados Unidos nos títulos de prazo semelhante. "Trezentos no papel de 30 anos é uma boa taxa", assegurou Franco.

O fechamento da operação será no dia 4 para a liquidação no dia 9. O diretor do BC destacou que, ao contrário das outras colocações feitas pelo Tesouro desde 1995, a emissão do novo bônus, chamado de Brasil 27, "não tem o objetivo prioritário de fazer caixa".

Carlos Moura 14.3.94



Franco: "Financiaremos em 30 anos o déficit que tira o sono de tanta gente"

MEMÓRIA

ESTABILIDADE LEVOU A ACORDO COM CREDORES

Rio — Foi a partir dos últimos anos da década de 1960 que o Brasil começou a se endividar de verdade com bancos internacionais, aproveitando as baixas taxas de juros então vigentes. Dessa forma, o País financiou o "milagre econômico", e não mudou de estratégia mesmo quando a primeira crise do petróleo, em 1973, aumentou o preço do barril de menos de US\$ 3 para US\$ 12 — e nem mesmo quando a segunda crise, em 1978/79, aumentou o custo para mais de US\$ 30. Resultado: a dívida externa, que em 1972 não chegava a US\$ 10 bilhões, dez anos depois já superava US\$ 69 bilhões.

A partir daí, sem condições de pagar juros e amortizações, o Brasil mergulhou no círculo vicioso dos empréstimos para pagar empréstimos. As reservas caíram para até menos do que zero.

Começaram então as intermináveis negociações com os banqueiros e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil passou a assinar acordos e descumpri-los. Empurrou a situação com a barriga até fevereiro de 1987, quando chegou à moratória. O governo Collor retomou negociações, mas a situação só começou realmente a ficar tranquila em 1994, quando, com a estabilização, o País passou a atrair investimentos estrangeiros: isso fez com que voltasse a acumular reservas e firmasse um acordo satisfatório com os bancos credores.